

PROCESSO DE INCLUSÃO NA ESCOLA MUNICIPAL FELÍCIA EMIKO KAWAMURA SAKITANI EM DOIS IRMÃOS DO BURITI-MS NA VISÃO DOS GESTORES

Amanda Lorrainy Barbosa Arzamendia¹

Profa. Dra. Eva Teixeira dos Santos²

RESUMO

A educação inclusiva é marcada por diversos movimentos internacionais e nacionais no sentido de implementar políticas relacionadas a forma como deve ser desenvolvida nas escolas. Neste contexto, o trabalho teve como objetivo compreender as limitações e os desafios encontrados pelos gestores da Escola Felícia para promover a inclusão de alunos da educação especial do ensino fundamental. O percurso metodológico percorrido foi o estudo de forma qualitativa. Para coleta de dados utilizou-se um questionário semiestruturado, de forma presencial. A amostragem foi composta por uma coordenadora pedagógica e o diretor, totalizando dois entrevistados. Os dados revelaram que a maior problemática está na falta de formação continuada dos professores para atender as necessidades dos alunos com deficiência.

Palavras-chave: Formação de Professores; Educação especial; Educação inclusiva

ABSTRACT

Inclusive education is marked by several international and national movements to implement policies related to how it should be developed in schools. In this context, the study aimed to understand the limitations and challenges encountered by Felícia School managers to promote the inclusion of special education students in elementary school. The methodological path taken was a qualitative study. To collect data, a semi-structured questionnaire was used, in person. The sampling consisted of a pedagogical coordinator and the director, totaling two interviewees. The data revealed that the biggest problem is the lack of continuing training for teachers to meet the needs of students with disabilities.

Keywords: Teacher training; Special education; Inclusive education

¹Graduanda do curso de Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana – UFMS/CPAQ

²Professora orientadora, docente dos cursos de graduação e mestrado em geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- CPAQ/UFMS.

INTRODUÇÃO

Os assuntos relacionados à Educação Inclusiva e Educação Especial, não são novos e têm sido recorrentes no sistema educacional brasileiro, visando assegurar o acesso e a permanência de todos os alunos na escola regular, sem qualquer tipo de discriminação ou segregação. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) (Brasil, 1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva- PNEEPEI (Brasil, 2008) são os principais marcos legais da Educação Especial, estabelecendo que a matrícula de alunos com deficiência deve ocorrer preferencialmente na escola regular.

A política de Educação Inclusiva busca garantir o acesso e a permanência de todos os alunos na escola, sem distinção e ou segregação. Sendo assim, a Educação Inclusiva não se restringe apenas aos alunos que possuem algum tipo de deficiência, físicas ou intelectuais. O objetivo dessa política educacional é garantir o acesso de alunos de diversas origens étnico-raciais, culturas, classes sociais, gêneros e orientações sexuais (Brasil, 2008).

A Educação Especial como um campo especificado Educação Inclusiva, visa atender alunos com algum tipo de deficiência (física, mental, intelectual), prevendo que é dever da escola ofertar programas educacionais adaptados e individualizados, incluindo o Atendimento Educacional Especial (AEE). Pelo princípio da equidade, todos os alunos devem ser tratados de forma igualitária. A inclusão de alunos com deficiência na escola regular não se baseia apenas nas características associadas a deficiências ou transtornos, mas na possibilidade de aprenderem as mesmas habilidades e conhecimentos que seus colegas sem deficiência, adaptados às suas necessidades individuais (Brasil, 2008).

Segundo Mantoan (2015), a inclusão de alunos da Educação Especial em todas as etapas do Ensino Fundamental, pode ser um desafio, mas existem algumas estratégias que podem ser úteis para lidar com essa questão. Dentre elas, o professor precisa conhecer as necessidades específicas de cada aluno da Educação Especial. Isso ajudará a planejar atividades e estratégias de ensino que sejam adequadas para eles.

Criar um ambiente inclusivo na sala de aula comum, da escola regular também faz parte de estratégias pedagógicas para promover a inclusão dos alunos da Educação Especial, disponibilizando materiais didáticos adaptados para atender às necessidades específicas desses alunos. Isso pode incluir a simplificação de tarefas, o uso de recursos visuais, a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, entre outras estratégias (Mantoan, 2015).

Diante da importância de compreender sobre a Educação Inclusiva na perspectiva da Educação Especial, a escolha do tema foi motivada pelo interesse de verificar os desafios para incluir alunos com deficiência em uma escola regular de ensino fundamental, procurando analisar como a teoria se verifica na prática dos gestores, relacionando aos marcos legais vigentes acerca da educação especial.

Assim, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma investigação sobre o contexto da educação inclusiva de alunos da educação especial, no ensino fundamental da escola Municipal Felícia Emiko Kawamura Sakitani, no município de Dois Irmãos do Buriti-MS, conhecida como Escola Felícia, a fim de verificar os desafios dos gestores para promover a inclusão.

2 ASPECTOS TEÓRICOS E LEGAIS

2.1 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Enquanto o modelo Educação Inclusiva defende a ideia de que todos os alunos têm o direito de conviver no mesmo ambiente escolar, sem qualquer tipo de discriminação, a Educação Especial busca integrar alunos com deficiência em escolas regulares, para que possam ter acesso a uma educação completa e participativa. Sendo assim, para compreender um pouco do processo histórico da educação especial no Brasil é preciso pautar alguns momentos que forma fundamental para o entendimento dessa modalidade de educação.

A Educação Especial teve início no século XIX, com o atendimento a pessoas com deficiência intelectual e física em instituições religiosas e beneficentes. No entanto, esse atendimento era excludente e segregado, as pessoas com deficiência eram isoladas do convívio social. No início do século XX, foram criadas as primeiras escolas especiais no país, seguindo a perspectiva segregada. O objetivo dessas escolas era apenas de reabilitar as pessoas com deficiência para reintegrá-las à sociedade. Esse modelo perdurou até os anos 1960 (Minetto *et al.*, 2015).

A partir da década de 1970, os movimentos e inclusão tomam impulso e começam a ser implementados por volta de 1985 nos países mais desenvolvidos, tornando-se pauta na luta pelos direitos humanos e pela inclusão social, ganhando força com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que garantiu o direito à educação para todos, independentemente de suas condições, enfatizando a perspectiva da inclusão (Minetto *et al.*, 2015).

Na década de 1994, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem, desenvolvida na Conferência Mundial da Educação Especial, representada em 88 governos e 25 organizações internacionais de assembleias na Espanha, destaca a necessidade de uma educação inclusiva para todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades, e enfatiza a importância da igualdade de acesso à educação como um direito básico de todos (Brasil, 1994).

Sobre a Educação Especial, a Declaração de Salamanca, estabelece princípios da Educação Inclusiva, essencial para garantir a todos o direito à educação, visto que é fundamental para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizado, possibilitando sua sobrevivência, desenvolvimento de seu potencial na sociedade e melhoria de suas condições de vida. “Reunindo várias declarações, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, 1998), foi elaborado o documento de Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiências”, exigindo a garantia da integração de pessoas com deficiências ao sistema educacional, preferencialmente nas escolas regulares (Brasil, 1994).

Observa-se que a Declaração de Salamanca reconhece a importância de uma abordagem inclusiva na educação, destacando a necessidade de desenvolver escolas que atendam às necessidades de todas as crianças e os princípios das políticas educacionais para a Educação Especial, visando a inclusão dessas pessoas no ambiente da escola comum, como uma tendência mundial que vem consolidar a Educação Inclusiva.

Na visão de Minetto *et al.* (2015), a Declaração de Salamanca representa um importante avanço na promoção da educação inclusiva. No entanto, apesar de sua luta contra o preconceito e sua resistência, é necessário resgatar valores fundamentais para uma sociedade igualitária. Além disso, para que os estudantes com necessidades especiais sejam incluídos no ensino regular, é essencial promover o resgate de sua cidadania e expandir suas perspectivas existenciais. É importante ressaltar que a existência de leis e matrículas em escolas públicas, embora essenciais, não são suficientes para garantir uma verdadeira inclusão

No que se refere a Educação Especial no Brasil, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996, estabelece que “a modalidade Educação Especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 1996, art. 58).

Segundo a PNEEPEI (Brasil, 2008), na Educação Especial estão os alunos com deficiência física, transtornos globais, transtornos de aprendizagem e com altas habilidades. Os

alunos que possuem limitações físicas apresentam dificuldades de locomoção, comprometimento motor ou ausência de membros, de visão ou audição. Alunos com transtornos globais são limitados no desenvolvimento intelectual, possuem dificuldades na interação social, na comunicação e no comportamento. Os alunos com transtorno de aprendizagem enfrentam dificuldades específicas na aquisição e desenvolvimento de habilidades acadêmicas, como dislexia, discalculia ou transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH). Por fim, os alunos com altas habilidades/superdotação são aqueles que possuem um potencial acima da média, demonstrando um desempenho excepcional em relação aos seus colegas. Eles podem ter uma capacidade de aprendizado acelerada e um nível de habilidade acima do esperado para sua idade.

Um princípio central dessa política é a inclusão, que defende o direito de todos os alunos serem educados em escolas regulares, valorizando e respeitando a diversidade presente na sociedade. Para garantir um ensino adequado, a PNEEPEI estabelece o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido em horário complementar, adaptando o processo de ensino-aprendizagem às necessidades individuais dos alunos.

Além disso, a formação continuada dos professores é considerada essencial, abordando estratégias pedagógicas e práticas inclusivas. A acessibilidade é outro ponto-chave, tanto na estrutura física das escolas quanto nas abordagens metodológicas, buscando assegurar que todos os alunos possam participar ativamente do ambiente educacional (Correia, 2018).

A participação ativa da comunidade escolar e das famílias, cooperação entre os sistemas de ensino e a articulação entre escolas regulares e centros de apoio são aspectos ressaltados pela PNEEPEI, realçando a necessidade de engajamento de todos os envolvidos na educação para efetivar a inclusão de forma eficaz.

A implementação plena dessa política requer investimentos, capacitação constante dos profissionais da educação e uma transformação cultural, onde a inclusão seja vista não apenas como uma obrigação legal, mas como um princípio que fortalece a sociedade como um todo. A PNEEPEI representa um avanço significativo na promoção de uma educação inclusiva, mas é um processo contínuo que demanda esforços colaborativos para garantir uma educação de qualidade e verdadeiramente inclusiva para todos os estudantes. (Lima, 2018).

Outro documento que trata da educação especial no Brasil é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146/2015, que ressalta que as escolas regulares, públicas ou particulares, não podem recusar a matrícula de alunos com deficiência e não há limite de vagas para aceitar alunos com essas condições por sala de aula. “Se o apoiador agir com negligência, exercer pressão indevida ou não adimplir as obrigações assumidas poderá a pessoa

apoiada ou qualquer pessoa apresentar denúncia ao Ministério Público (Brasil, 2015, art. 1783-A, §7º).

Vale destacar que, para efetivar a inclusão de crianças com deficiência física na escola regular é necessário implementar estratégias pedagógicas inclusivas, adaptar o currículo, garantir a acessibilidade física e contar com o apoio de profissionais capacitados. Nesse sentido, a LDB/1996 determina que as escolas devam garantir recursos educacionais e estrutura organizacional específica para atender às necessidades de cada aluno, levando em conta suas deficiências, incluindo apoio de um professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) (Brasil, 2008).

Embora o professor do AEE, previsto nas políticas educacionais em âmbito nacional tenha a função de organizar e elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que para garantir a plena participação dos alunos considerados deficientes, esse atendimento é apenas para complementar ou suplementar à escolarização. Não pode substituir a educação comum e deve acontecer nas escolas públicas ou por meio de convênios estabelecidos com centros de AEE de instituições privado-assistenciais (Gomes, 2023).

De acordo com a figura 1, o número de matrículas na educação especial no Brasil atingiu a marca de 1,2 milhão em 2018, representando um aumento significativo de 33,2% em comparação com o ano de 2014. Essa tendência de crescimento é um indicativo de um maior reconhecimento e atendimento às necessidades educacionais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades.

Figura 1: Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo etapa do ensino-Brasil-2014 a 2018



Fonte: INEP, 2019. p. 33.

Ao analisar a distribuição das matrículas por etapa de ensino, é evidente que o ensino fundamental se destaca, abrigando a maioria das matrículas na educação especial, com uma proporção de 70,9% do total. Isso sugere que a inclusão de alunos com necessidades especiais nas séries iniciais e finais do ensino fundamental é uma prioridade na política educacional.

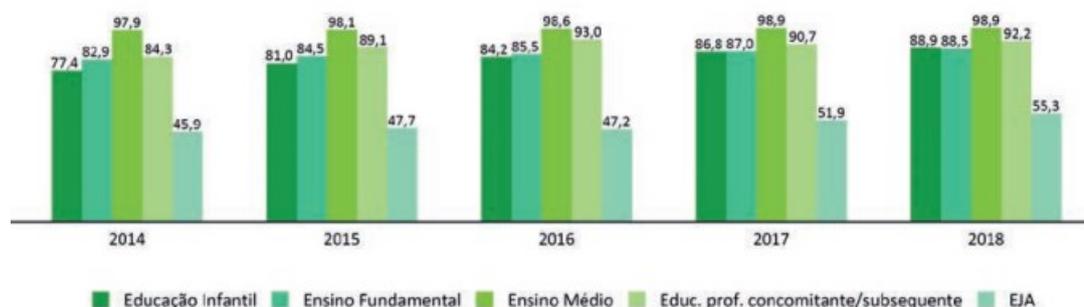
Quando observamos o aumento no número de matrículas entre 2014 e 2018, percebemos que o ensino médio registrou o maior crescimento, com um impressionante aumento de 101,3%. Isso indica um esforço significativo para incluir mais alunos com necessidades especiais nessa etapa de ensino. Essa expansão pode estar relacionada a políticas públicas e esforços educacionais que visam oferecer oportunidades inclusivas para estudantes com deficiência ou necessidades especiais durante o ensino médio.

Em resumo, o gráfico reflete um aumento notável nas matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades na educação especial entre 2014 e 2018, com ênfase no ensino fundamental e um crescimento especialmente expressivo no ensino médio, indicando um progresso na inclusão educacional desses alunos no Brasil. Os dados foram coletados a partir do Censo da Educação Básica e elaborados pela Deed/Inep.

A figura 2 apresenta informações sobre o percentual de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades matriculadas em classes comuns em diferentes etapas de ensino no Brasil, no período de 2014 a 2018.

O destaque vai para o aumento gradual da inclusão desses alunos em classes comuns ao longo desse período. Exceto pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), todas as outras etapas da educação básica mostram um aumento significativo no percentual de alunos incluídos em classes comuns. Em 2018, mais de 88,0% dos alunos em todas as etapas estavam em classes comuns, sendo que o ensino médio apresentou a maior proporção, com 98,9% dos alunos nessa posição.

Figura 2: Percentual de alunos matriculados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades que estão incluídos em classes comuns segundo etapa de ensino – Brasil – 2014 a 2018

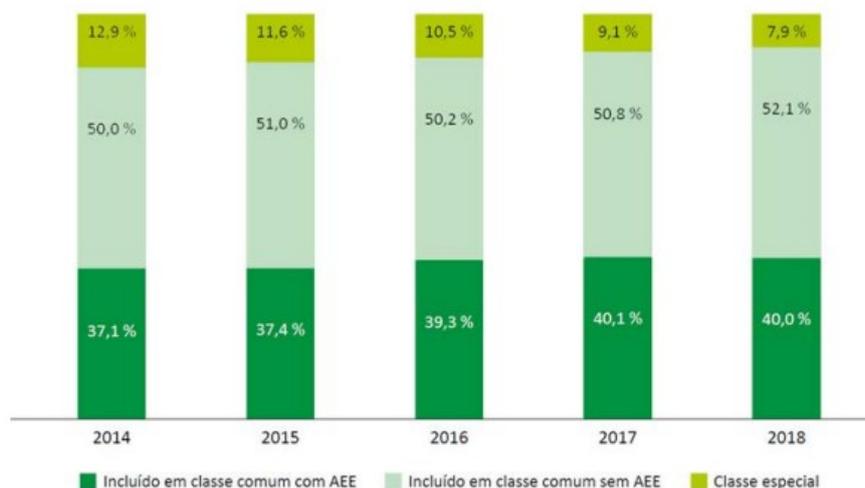


Fonte: INEP, 2019. p. 34.

O maior incremento na proporção de alunos incluídos ocorreu na educação infantil, onde houve um aumento de 11,5 pontos percentuais entre 2014 e 2018. Além disso, o texto menciona o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece a Meta 4 relacionada à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Em relação aos alunos com deficiência entre 4 e 17 anos matriculados em classes comuns, observa-se na figura 3 o progresso em direção a essa meta ao longo dos anos. Além do mais, em 2014, o percentual de alunos incluídos em classes comuns sem AEE era de 50%, enquanto em 2018, esse número subiu para 52,1%. Além disso, para a mesma faixa etária de 4 a 17 anos, o percentual de alunos que estão incluídos em classes comuns e têm acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE) também cresceu de 37,1% em 2014 para 40,0% em 2018.

Figura 3: Percentual de matrículas de alunos de 4 a 17 anos de idade com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação que frequentam classes comuns, com e sem atendimento educacional especializado (AEE) ou classes especiais exclusivas – Brasil – 2018



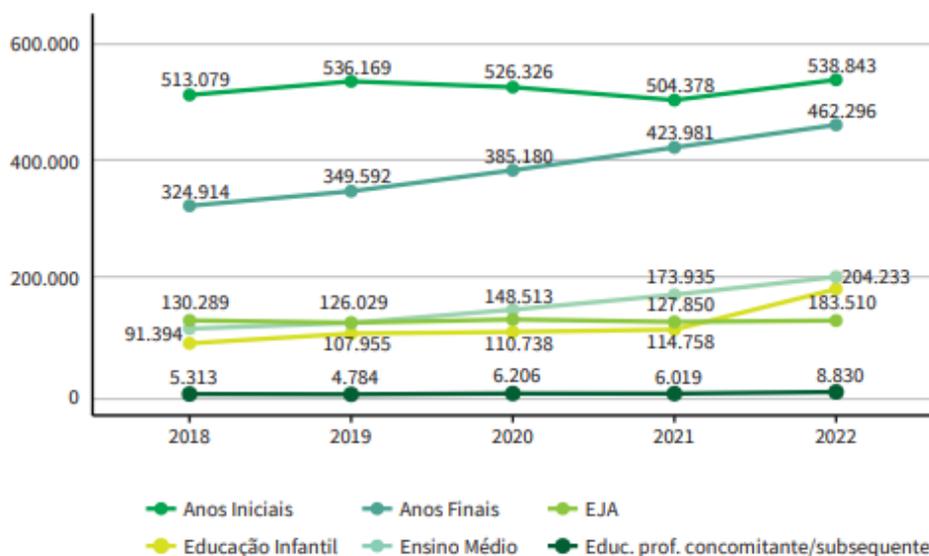
Fonte: INEP, 2019. p. 35.

Vale ressaltar que o maior índice dos estudantes com deficiência matriculados em escolas comuns está concentrado em escolas públicas, uma vez que a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) são provenientes do governo, nas quais são dotadas as necessidades dos educandos. Não obstante, no ensino privado não há SRM, pois normalmente optam em contratar acompanhantes sem qualificação no qual constituem mão de obra barata (Nascimento; Lustosa, 2022).

Outrossim, o ensino privado é pouco estudado, no qual torna-se difícil obter conhecimento sobre sua aprendizagem. No entanto, a centralidade de estudos se concentra em escolas públicas, por essa razão contém muitas críticas. Nota-se também, que na maioria das vezes, as escolas particulares recusam a matrícula de alunos com deficiência, por não possuir infraestrutura adequadas e profissionais qualificados e aumento de custos (Nascimento; Lustosa, 2022).

Na figura 4, é possível verificar que o maior número de matrículas dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades está nos anos iniciais. No entanto, verifica-se que nos anos finais houve um aumento exponencial muito grande.

Figura 4: Número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades em classes comuns ou especiais exclusivas, segundo etapa do ensino-Brasil-2018 a 2022



Fonte: INEP,2022. p. 37

Enquanto isso, ao analisar a Educ.prof. comitante/subseqüente é possível verificar um crescimento insignificante de alunos com deficiência matriculados no ensino Regular

2.2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

A Educação Especial no Estado de Mato Grosso do Sul registra iniciativas construídas na década de 1980, com auxílio dos médicos, destacando o Doutor Salvador de Miranda Sá Júnior, que organizou grupos de trabalho para estudar alguns pontos preventivos dos problemas de aprendizagem escolar na Faculdade Unidas Católicas de Mato Grosso (FUCMAT). Vários projetos foram propostos para viabilizar a Educação Especial no Estado. Em 1981, por meio do decreto nº 1.231/1981 a política de Educação Especial foi oficializada. Entretanto, o atendimento era realizado por instituições filantrópicas ou escolas especiais para que pudessem viver normalmente na sociedade (Guimarães, 2005 *apud* Gomes, 2023).

De acordo com Bittar (1998) *apud* Gomes (2023, p. 114):

Em 1983, a sociedade civil se manifestava devido a instabilidade da política educacional do Governo de Pedro Pedrossian (1980-1983), em decorrência de problemas como: “greve dos professores devido à falta de pagamento do salário; falta de concursos públicos para educação; contas bancárias da Secretaria de Educação bloqueadas pelo MEC”, entre outros (Bittar, 1998, p. 67).

Tal fato, fez com que a SED realizasse debates nas escolas e municípios, durante seis meses, a fim de preparar e organizar o I Congresso Educação para a Democracia, realizado em 1983. Segundo Bittar (2015) apud Gomes (2023, p. 114) a realização do evento,

foi um marco na política educacional de um estado recém-criado, que havia passado por instabilidades políticas graves, desmandos da ditadura militar, deposições de governadores e desrespeito aos professores da rede pública. Foi importante principalmente por que associou a educação pública à democracia (Bittar, 2015, p.4, apud Gomes, 2023, p. 114)

A partir da legislação nacional vigente, o Estado de Mato Grosso do Sul, com apoio da Secretaria de Estado de Educação do Estado, prioriza não apenas o acesso, mas também a qualidade da jornada educacional, levando em consideração conhecimentos significativos para o público da Educação Especial. A constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, criada em 1989, preservava os direitos da população com deficiência, tanto em transporte coletivo, quanto a cargos e empregos públicos, entre outros, para promover a educação para todos com condições para permanecer na escola (Mato Grosso do Sul, 2019).

De acordo com a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (Setesc,2023), a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) conduzida em 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que cerca de 17,3 milhões de indivíduos apresentam alguma forma de deficiência, seja física, motora, intelectual ou mental. Aproximadamente 817 mil pessoas com deficiência, possuem formação superior completa. No estado de Mato Grosso do Sul, estima-se que existam cerca de 10 mil pessoas com deficiência que concluíram o nível superior.

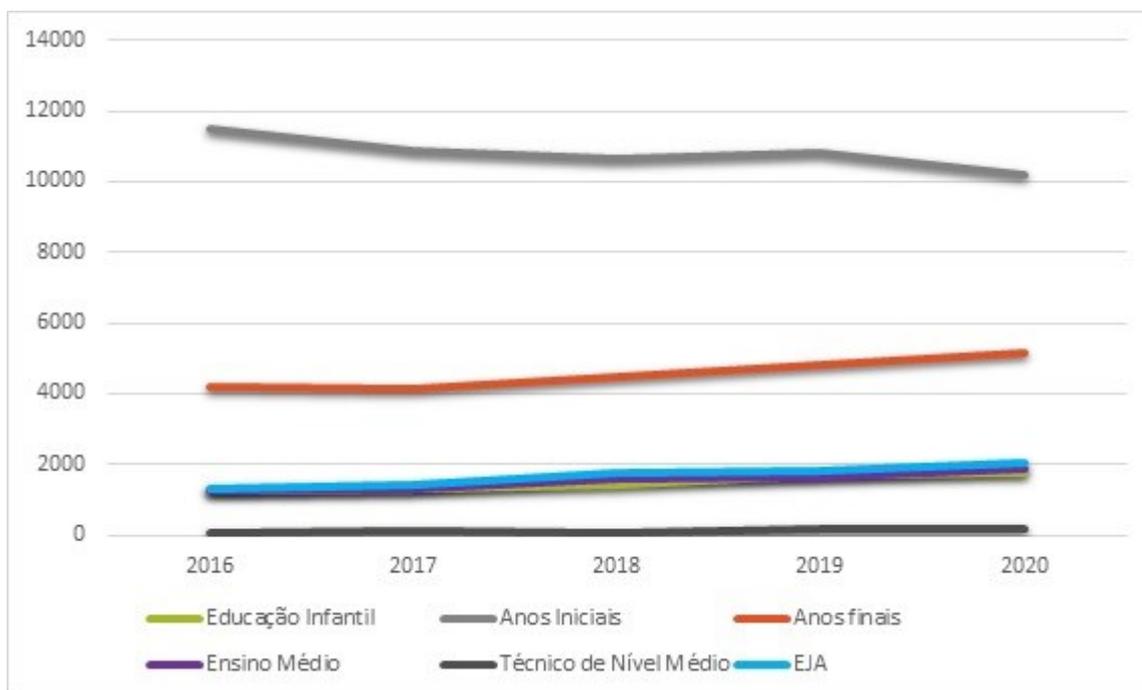
Nos termos do artigo 3º da Deliberação n. 11.883/2019 “a educação escolar na modalidade educação especial deve ser ofertada a todas as pessoas de que trata o art. 1º, que acessam a instituição educacional, desde a educação infantil até a educação superior, estendendo-se à aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 2019, art. 3º).

Ainda de acordo com a Deliberação n. 11.883/2019, (Brasil, 2019), o estado de Mato Grosso do Sul deve disponibilizar recursos e apoio do sistema de ensino, necessários à escolarização de pessoas com deficiência ou público da educação especial, ao longo da sua vida, visto que continuar estudando contribui para a contínua construção de sua identidade humana. Essa busca pelo conhecimento também ajuda a pessoa com deficiência a se compreender, compreender o ambiente ao seu redor e desempenhar seu papel na sociedade.

A figura 5 apresenta o número de estudantes com deficiências no estado do Mato Grosso do Sul em instituições de ensino públicas, no período de 2016 a 2020, distribuídas por

modalidades de ensino, incluindo Educação Infantil, Ensino Médio, Anos Iniciais, Técnico de Nível Médio, Anos Finais e EJA, com o número de matriculados.

Figura 5: Número de estudantes com deficiências no estado do Mato Grosso do Sul em instituições de ensino públicas, por modalidade de ensino, no período de 2016 a 2020.



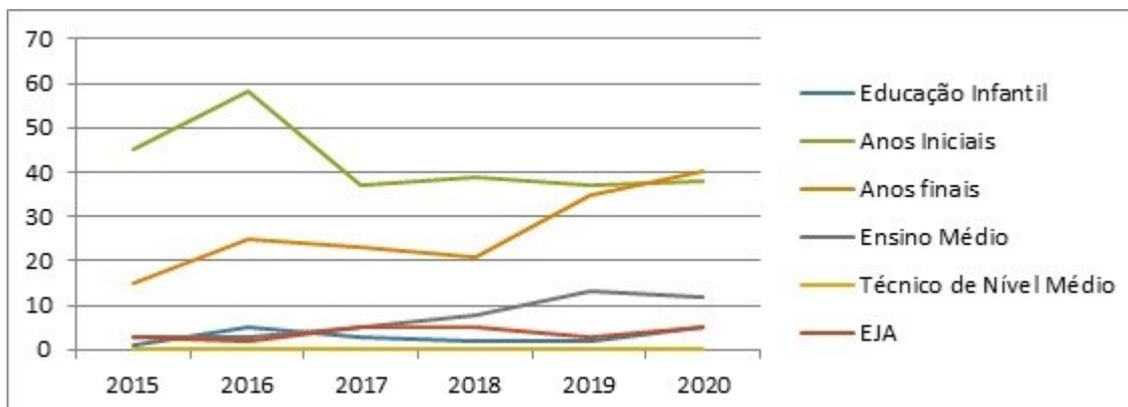
Fonte: Inep,2023.Org: A autora

No que diz respeito aos anos iniciais, houve uma queda de 12.000 para 10.000 matrículas entre os anos de 2016 e 2020, sugerindo uma diminuição nas matrículas nessa categoria ao longo desse período.

Para os anos finais, observa-se uma flutuação no número de matrículas, que aumentaram de 4.000 para 5.000 no mesmo intervalo de tempo, indicando um aumento gradual nas matrículas nessa categoria.

De acordo com a figura 6, verifica-se que a maior parte dos alunos matriculados em escolas de Dois Irmãos do Buriti, estava concentrada nos anos iniciais, com uma média de 30 matriculados por ano. Percebe-se também que não há alunos matriculados no ensino de Nível Técnico, pois o município não oferta a modalidade. Enquanto isso, ao analisar os anos finais, nota-se, que em 2015, havia 15 estudantes matriculados, a partir de 2016 teve um aumento e até no ano 2018 se manteve estável, já no ano de 2019 a 2020 ocorreu um aumento exponencial de alunos com deficiências matriculados.

Figura 6: Números de alunos com deficiência matriculados em escolas públicas e particulares no período de 2015 a 2020 no município de Dois Irmãos do Buriti



Fonte: INEP 2023. Org: A autora

Vale ressaltar, que no município de Dois Irmãos do Buriti apresenta duas escolas na área urbana, no qual, uma é Estadual e a outra é Municipal(lócus do estudo).

2.3 LOCALIZAÇÃO E HISTÓRICO DA ESCOLA FELÍCIA

A Escola Municipal Felicia Emiko Kawamura Sakitani está localizada na área urbana do Município de Dois Irmão do Buriti/MS, conforme figura 7.

Figura 7: Localização da Escola Municipal Felicia Emiko Kawamura Sakitani.



Fonte: Google Earth Pro (2020)

O nome da Escola se deve a uma homenagem à história da professora Felícia Emiko Kawamura Sakitani pelo comprometimento com a educação e seu serviço à população de Dois

Irmãos do Buriti, quando ainda era um distrito de Anastácio pois, não apenas lecionou na Escola Municipal Coronel Wilson Musco, mas também assumiu a direção da escola, mostrando seu compromisso em melhorar a qualidade da educação na região. Sua formação em pedagogia na Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente demonstra seu compromisso com o desenvolvimento profissional e educacional. Infelizmente, a tragédia que tirou a vida da professora em um acidente na BR 262, juntamente com sua filha e colegas de trabalho, é uma lembrança dolorosa da perda que a comunidade sofreu naquela época. A resiliência e a determinação da única sobrevivente, a professora Angélica, é uma homenagem viva ao espírito de superação e solidariedade que Felícia Sakitani inspirou em seus colegas e alunos.

O reconhecimento de seu legado pela criação da Escola Municipal que leva seu nome, através do Decreto Municipal nº 070/93 de 28 de abril de 1993, é um testemunho do impacto duradouro que ela teve na comunidade. A decisão de dar o nome da saudosa professora Felícia à escola é uma forma de manter viva sua memória e honrar seu compromisso com a educação e com o bem-estar da comunidade.

A escola apresenta uma estrutura organizacional característica, com uma biblioteca, uma secretaria; uma sala de informática com acesso à internet contendo nove computadores e uma sala da coordenação pedagógica que auxilia no desenvolvimento dos professores.

Atualmente estão matriculados 874 alunos, dos quais 520 no Ensino Fundamental e 79 na EJA. São alunos oriundos das áreas urbana e rural incluindo acampamentos e assentamentos. Recebe recursos financeiros das Secretarias de Educação Estadual e Municipal e do Ministério da Educação. Os gestores são escolhidos por indicação do Prefeito Municipal.

2.4 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO E PROFESSORES

A inclusão no cenário educacional está pautada no movimento da Inclusão Social, que tem como objetivo constituir uma sociedade democrática e justa. A inclusão escolar apresenta o valor do Princípio da Igualdade, que garante a todos as mesmas oportunidades, garantido constitucionalmente (Brasil, 1988).

A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva é um tema crucial para garantir que a escola seja um ambiente verdadeiramente inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades individuais, possam aprender e se desenvolver de maneira plena. A educação inclusiva se baseia no princípio de que todos os alunos têm o direito de receber uma educação de qualidade dentro de um ambiente que valorize a diversidade e promova a equidade (Lima, 2009).

Não obstante, a maioria dos profissionais que atuam na Educação Infantil, não se sente preparados para atuar com crianças com necessidades educacionais específicas, público-alvo da Educação Especial (Tavares; Santos; Freitas, 2016).

O educador é o responsável pela mediação e construção do conhecimento, como também, pela interação e socialização do estudante com necessidades educacionais especiais. A educação inclusiva toma como base a socialização e aprendizado, bem como o trabalho em equipe e conhecimento (Garcia, 2013).

Os professores devem ter um papel ativo e participativo, como também de observador e reflexivo. Devem observar e interagir com a criança para saber como ela pensa e raciocina, como reage aos diferentes estímulos. Alunos com necessidades educacionais especiais geralmente usam os mesmos recursos materiais que os demais alunos. Porém, existem adaptações que podem ser necessárias para facilitar a realização das atividades para quem tem alguma limitação motora, sensorial ou cognitiva. Como citam De Vitta, De Vitta e Monteiro (2010, p. 423):

Em relação aos aspectos que interferem na inclusão, os professores participantes ressaltaram a necessidade de mudanças no espaço físico que, principalmente, facilitem a inclusão de crianças com deficiência física e com deficiência visual. Suas sugestões envolvem colocação de rampas, piso antiderrapante, portas mais largas, banheiro adaptado, corrimão, adaptações no mobiliário, colocação de indicações através de sinais (para deficientes auditivos), adaptação dos brinquedos do parque. Quanto aos recursos materiais necessários para facilitar o processo de inclusão e aprendizagem, os professores citam principalmente livros em Braille e equipamentos para o deficiente auditivo.

Algumas crianças com deficiências sensoriais, motoras, entre outras podem precisar de mais tempo para atingir um determinado objetivo ou realizar certas atividades. É necessário que o professor respeite o tempo de cada uma. O professor deve estar preocupado com as questões educacionais, de que forma pode atuar com esse aluno. O conhecimento específico sobre o aluno ajudará no aprimoramento de estratégias de ensino, focando no potencial do aluno, e não em suas limitações. Pontuando limites, que devem ser respeitados, e evidenciando novas formas a serem exploradas (Salmito; Freitas; Falcão, 2022).

(Segundo Day, 2001, p.17 *apud* Hoça; Romanowsk 2018, p.4) “Os professores são responsáveis pelo próprio desenvolvimento profissional ao longo da carreira, mas não o fazem sozinhos. Gestores institucionais e em diferentes esferas governamentais precisam planejar ações de formação, [...]”.

Diante desta perspectiva, nota-se que a gestão escolar, governo, professores e a família são importantes elementos para o desenvolvimento da escola e um ensino de qualidade.

De acordo com Lima (2009) a formação deve focar na conscientização sobre as diferentes necessidades dos alunos e nas atitudes positivas em relação à diversidade. Isso envolve entender as barreiras que podem limitar o aprendizado de alguns alunos e desenvolver empatia e respeito por suas experiências. Dessa forma, os professores precisam adquirir conhecimentos teóricos sólidos sobre educação inclusiva, como modelos de deficiência, estratégias de ensino diferenciadas e adaptações curriculares. Além disso, devem receber orientação prática sobre como implementar essas estratégias em sala de aula.

Muitos professores passam por dificuldades em trabalhar com a diversidade, gerando inseguranças, pois não existe uma fórmula mágica para lecionar conforme as necessidades de cada aluno, sendo o estudante apresentando deficiência ou não. De acordo com Zimmermann (2008) *apud* Rocha (2017, p.7):

A luta pela escola inclusiva, embora seja contestada e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, pois exige mudança de hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética nos remete a refletir e reconhecer, que se trata de um posicionamento social, que garante a vida com igualdade, pautada pelo respeito às diferenças (ZIMMERMANN, 2008, p. 01).

A postura de um professor inclusivo pode se caracterizar em quatro eixos principais, como cita Mendonça (2015, p. 74):

[...] valorização da singularidade do aluno e respeito a seu ritmo, ressaltando suas possibilidades, e não apenas sua deficiência; atenção ao vínculo professor-aluno, uso adequado e não estigmatizante do diagnóstico e a presença de um desejo de aprender vibrante no professor, a fim de que esteja aberto para buscar alternativas de intervenção diante da inegável dificuldade em aprender dos alunos com deficiência.

A formação deve capacitar os professores a desenvolverem planos de aula e materiais educacionais que atendam às necessidades variadas de seus alunos. Isso pode envolver a adaptação de atividades, recursos e avaliações para garantir que todos os alunos possam participar e progredir. Ademais, a formação continuada deve promover a colaboração entre os professores, equipes de apoio, pais e outros profissionais. A educação inclusiva envolve um esforço coletivo para oferecer suporte abrangente aos alunos e garantir que todas as dimensões de suas necessidades sejam atendidas (Alcântara, 2014).

Deste modo, vieram à tona as adaptações curriculares/de matérias, o uso das tecnologias assistivas/comunicação alternativa, propostas de trabalho em grupo, estratégias pensadas como possibilidades dentro de um panorama real de trabalho, o ensino em multiníveis. Este último, apontado como clímax do curso (tanto no que diz respeito ao tempo, quando alegaram estarem verdadeiramente envolvidos e implicados na dinâmica, quanto no que tange ao tema em si mesmo) dizia para além do que traziam: falava da necessidade do professor em discutir as práticas pedagógicas, em encontrar outros canais de interlocução, em 195 partilhar noutras

parcerias caminhos para um trabalho pedagógico assentado no paradigma inclusivo, que possa penetrar em novas formas de ser docente.(Alcântara, 2014, p.194-195)

Para Alcântara (2014) a formação deve incentivar os professores a refletirem regularmente sobre suas práticas e a estarem abertos ao aprendizado contínuo. A inclusão é um processo dinâmico e em constante evolução, e os educadores devem estar dispostos a se adaptar e melhorar constantemente. A formação deve fornecer acesso a materiais educativos relevantes, tecnologias assistivas e especialistas em educação inclusiva. Isso ajuda os professores a se manterem atualizados com as melhores práticas e a obterem suporte quando enfrentam desafios específicos.

Por fim, Barros (2010) especifica que a formação deve abordar estratégias de avaliação que sejam sensíveis às diferentes formas de aprendizado dos alunos. Isso pode incluir avaliações diferenciadas, feedback construtivo e a consideração de diferentes maneiras pelas quais os alunos demonstram seu conhecimento. A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva não é apenas uma exigência ética e legal, mas também uma maneira eficaz de melhorar a qualidade da educação para todos os alunos. Ela contribui para a construção de sociedades mais inclusivas, onde cada aluno é valorizado e tem a oportunidade de alcançar seu potencial máximo.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal Felicia Emiko Kawamura Sakitani, localizada em área urbana central do município de Dois Irmãos do Buriti, oferece ensino na modalidade ensino regular, para Ensino Fundamental (etapas do 1º ao 9º ano); Educação para Jovens e Adultos (EJA) e sala de AEE. Funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Para a realização do trabalho utilizou-se pesquisa bibliográfica em artigos e materiais a partir da busca de palavras-chave "Formação dos professores," Educação Especial", "Educação Inclusiva" "atendimento educacional especializado". A partir da pesquisa, verificou-se ainda as dificuldades e alternativas no processo de inclusão a partir de um questionário com os gestores (coordenador e diretor da escola) sobre os alunos com deficiência, com a aplicação de questionário composto por perguntas abertas sobre as quantidades de alunos que possuem deficiência, os tipos de deficiência e quais adaptações são presentes nas escolas e quais mudanças que necessitam ser tomadas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao delimitar a escola, houve uma comunicação, e no primeiro momento não foi difícil conversar com a administração. Nesta conversa soube a escola possui ensino fundamental 1 e 2, EJA e Sala de Recursos Multifuncionais.

Esta escola apresenta um excelente campo de pesquisa por trabalhar nas modalidades, pois apresenta uma infraestrutura melhor, aparentando ter uma visão esclarecida sobre o processo de inclusão. O que motivou a ser o lócus do estudo.

Ademais, foi aplicado o questionário com um total de nove questões para o diretor e uma coordenadora, que mencionaram diversos fatores que ainda requer mudanças em termos de Educação Especial, demonstrado no quadro 1.

Quadro 01: Perguntas e respostas resultantes dos questionários aplicados com os gestores da escola

Perguntas	Respostas do Diretor	Respostas da Coordenadora
1:Quantos alunos com deficiência estão matriculados atualmente na escola Felícia?	39 alunos	39 alunos
2 :Qual o tipo de deficiência desses alunos?	TDAH, autismo, deficiência intelectual, deficiência auditiva, paralisia.	TDAH, autismo, deficiência intelectual, deficiência auditiva, paralisia.
3:Quantos alunos estão matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental?	19 alunos	19 alunos
4:O material didático dos alunos é adaptado para atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência?	Sim	Sim
5:Quais são os principais desafios enfrentados para incluir o aluno com deficiência na sala de aula regular?	O principal desafio está em termos profissionais capacitados para essa atuação.	A escola não consegue se adaptar aos alunos
6:Quais adaptações você acha que a escola ainda precisa fazer para garantir a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Fundamental?	Hoje em nossa escola, temos uma estrutura muito boa, tendo piso tátil, sala de tecnologia, sala de recursos, acesso de internet para todos, o que precisamos é a formação continuada de nossos profissionais.	Profissionais Especializados para lidar com a diversidade de alunos e suas necessidades individuais
7: Como você trabalha para promover a motivação dos alunos com deficiência no Ensino Fundamental?	Sempre estou em diálogo com a equipe pedagógica, professores e administradores para inserirmos os nossos alunos em todas as atividades existentes na escola, desde projetos como natação, judô, futsal, festividade na escola, enfim, em todo cotidiano escolar.	Tirando Conteúdos alternativos e incluindo trabalhos lúdicos.
8:Na sua percepção e experiência, quais são as limitações e inconsistências encontradas por professores e gestores ao promover a inclusão de alunos da Educação Especial nos anos finais do ensino fundamental?	Falta de conhecimento do CID, como agir em certas ocasiões, formação necessária e apoio familiar.	Falta da disciplina de Educação Especial, visto que antigamente não eram ofertadas na grade da graduação.
9: Você acredita que essas limitações e inconsistências podem ser superadas por meio de investimentos em formação docente e disponibilização de recursos adequados? (x)	Principalmente em formação com todos os profissionais, porque os profissionais que são agentes transformadores, que precisam ter	As capacitações profissionais, pois na escola há número insuficiente.

sim () não Por gentileza, justifique sua resposta:	conhecimento e estar motivado em termos de recursos adequados, fora estrutura física e investimento financeiro direto ao profissional contribuindo muito nesse processo.	
-----------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Trabalho de Campo. Org. a autora

A partir da análise do quadro 1, identificou-se 39 estudantes que apresentam laudos com algum tipo de deficiência, distribuídos em 37 no ensino fundamental I e II e o restante no EJA.

Com o resultado do questionário demonstrado no quadro 01, foi possível observar que a maior problemática é a falta de capacitação de professores e demais profissionais necessários para atuarem com crianças com deficiência como foi mostrado nas perguntas seis e nove.

Isso mostra que o professor e os demais profissionais vivem sendo desafiados com novas situações que não foram habilitados. Além de lidar com salas superlotadas, o suportar esse processo de exclusão precisa de um suporte pedagógico e teórico para entender as individualidades de cada deficiência. Isso só será viável diante de um planejamento institucional que observe e a formação de professores no contexto escolar e de modo contínuo.

Na questão de número oito foi perguntado sobre quais limitações e inconsistências encontradas por professores e gestores ao promover a inclusão de alunos da Educação Especial nos anos finais do ensino fundamental, onde apontaram diversos fatores, mas um deles foi o apoio familiar. Pois, é na família que aprendemos a socializar uns com os outros, e entender as necessidades de cada um. Com isso, a inclusão se torna necessária, produzida a partir de casa. E a relação das pessoas com deficiência com sua família é fundamental para que isso aconteça, garantindo tanto o desenvolvimento intelectual, quanto cognitivo para a futura população da sociedade (Machado, 2021).

Analisando a situação da escola em relação aos serviços de apoio à educação especial, destaca-se a inserção da Terapia Ocupacional no campo da Educação, abrangendo função de auxiliar os alunos a desenvolver habilidades motoras e funcionais necessárias para uma participação plena nas atividades escolares, e isso se deu por muito tempo em meios de práticas de Educação Especial. E a atuação desse profissional em contexto educacional favoreceu a ligação de professores com os demais profissionais do cotidiano escolar, promovendo melhores condições para a aprendizagem e participação dos estudantes com situações limitantes ou deficiência (Souto, Gomes, Folha, 2018).

Por outro lado, é positivo saber que a escola conta com um psicólogo cedido pela secretaria de educação da rede do município e o atendimento acontece na própria escola. A

presença desse profissional pode ser fundamental para oferecer apoio emocional e psicológico aos alunos, ajudando-os a lidar com desafios e questões relacionadas ao seu desenvolvimento pessoal e acadêmico.

Além disso, o município também fornece fonoaudiólogo no Centro de Educação Municipal (CEM). Isso é bastante relevante, já que a terapia fonoaudiológica desempenha um papel importante no desenvolvimento da comunicação e linguagem de crianças com dificuldades nessa área.

No entanto, a presença de um fisioterapeuta tanto no CEM quanto na APAE levanta questões sobre a acessibilidade desses serviços para todos os alunos que deles necessitam. Seria importante avaliar se a distribuição desses recursos atende às necessidades de todos os alunos com deficiências motoras ou necessidades relacionadas à fisioterapia.

De acordo com a pesquisa de campo realizada na escola, observou-se a existência de uma sala de recursos (AEE) utilizada pela maioria dos alunos do ensino fundamental I é um ponto positivo, pois mostra o compromisso da escola em oferecer suporte às crianças que precisam de adaptações ou estratégias adicionais para aprender. Como mencionado no quadro 1, anteriormente não havia a disciplina de Educação Especial na grade acadêmica, isso pode ser um reflexo de estigmas associados à busca de apoio, e é importante que a escola trabalhe na promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os alunos, independentemente de suas necessidades. Além do mais, a escola fornece apenas palestras sobre Educação Especial, mas não oferece cursos que capacitam esses profissionais.

Vale ressaltar que a escola possui mesas adaptadas, piso tátil e materiais pedagógicos que podem ser usados para atender às necessidades dos alunos com deficiências motoras ou outras necessidades específicas conforme representado na figura 1. No entanto, vale a pena avaliar se esses recursos são suficientes e se estão sendo plenamente utilizados para garantir a acessibilidade de todos os alunos e ressaltar que só foram disponíveis em 2023.

Figura 8: Materiais pedagógicos para atender às necessidades dos alunos com deficiência, disponíveis na Escola Felícia



Fonte: Dados fornecidos pela escola (2023). Foto: A autora

Portanto, a situação da escola em relação aos serviços de apoio à educação especial tem pontos positivos, como a presença de psicólogo e fonoaudiólogo, bem como a existência da sala de recursos. No entanto, existem desafios a serem enfrentados, como a necessidade de promover uma cultura inclusiva que incentive todos os alunos a utilizarem os recursos disponíveis. É importante que a escola continue avaliando e aprimorando seus serviços para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial acadêmico e pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, foi realizado um estudo sobre o contexto da educação inclusiva de alunos da Educação Especial, no ensino regular da Escola Felícia. Para tanto, inicialmente foi traçado o panorama histórico da Educação Especial no Brasil, no Estado de Mato Grosso do Sul e alguns aspectos do município Dos Irmãos do Buriti. A partir de um contexto de universalização do acesso à educação para todos.

Por meio da Educação inclusiva deve-se possibilitar, não só aos estudantes, mas também a toda comunidade escolar de conviver com a diferença. Nesse modo, a escola necessita proporcionar o desenvolvimento e o aprendizado do aluno com deficiência, promovendo novos conhecimentos sobre a sociedade em qual está inserido.

Para tanto, como é perceptível entre os autores analisados, os profissionais devem se preestabelecer para capacitação e desenvolver sua autonomia e competência no contexto de adaptação em metodologia pedagógica, de forma a expandir aos alunos com deficiência, e estarem prontos para argumentar, discutir e colaborar com os pais e especialistas que atendam esses alunos. Por esse motivo é muito importante que os profissionais da educação tenham a oportunidade de obter a formação continuada e haver reuniões entre todos os profissionais para as necessidades de mudanças tanto na escola, quanto na sociedade.

Ademais, foi visto que Escola Felicia oferece uma infraestrutura boa. No entanto, a verba dos materiais pedagógicos para as pessoas com deficiência vieram esse ano de 2023, no qual nos anos anteriores não oferecia essa qualidade. Outro ponto, é que alguns pais tentam não mudar os alunos com deficiência para outra Escola Estadual, no qual fornece o ensino médio, por medo dos filhos não conseguirem um professor de apoio, pois isso leva outra questão burocrática.

Esse estudo não esgota a temática, e sim o oposto, necessita ser aprofundada para as problemáticas e a percepção da realidade educacional especial inclusiva, no contexto da escola pública, contudo, tratou-se de uma pesquisa comprometida em pautar as adaptações presentes na escola e quais mudanças que necessitam ser tomadas.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Juliana Nascimento de et al. A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva: desvelando os fios da trama. 2014. Disponível em: <https://encurtador.com.br/iqx14>. Acesso em: 09 ago.2023

BARROS, Jaqueline Leite Vaz de et al. A formação continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva no município de Maceió, 2010. Disponível em: <https://encurtador.com.br/rIOPS>. Acesso em: 09 ago.2023

BRASIL, Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Portal MEC, 2008. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pqK39> Acesso em: 09 ago. 2023

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/hb2o>. Acesso em 11 ago.2023

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Diário Oficial da União, seção 3, p. p. 27833, col. 1 Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://abre.ai/hb2A> Acesso em: 09 ago. 2023

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <https://encurtador.com.br/gkqDV>. Acesso em: 08 ago. 2023.

FACION, José Raimundo. Inclusão Escolar e suas Implicações. 2 ed. Ver. E atual – Curitiba: Ibpe, 2009. Disponível em: <https://encurtador.com.br/dOVW5>. Acesso em: 28 out.2023

GARCIA, Fernanda Wolf. A importância do uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. 2013. Disponível em: <https://abre.ai/hdBE>. Acesso em: 26 out.2023

GOMES, Vera Lucia. A inclusão escolar em Mato Grosso do Sul e o Plano Estadual de Educação. Campo Grande: Ed. UFMS, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pISVZ>. Acesso em: 06 ago.2023

HOÇA, Lilamar; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Desenvolvimento profissional de professoras alfabetizadoras: malha e laços. 2018. Práxis Educativa. Disponível em: <https://abre.ai/hdEi>. Acesso em: 07 nov.2023

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 66 p. Disponível em: <https://encurtador.com.br/akt13>. Acesso em 10 ago.2023

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023. Disponível em: <https://abre.ai/hdvF>. Acesso em 11 ago.2023

LIMA, Iara Maria Campelo. Tecendo saberes, dizeres, fazeres em formação contínua de professores: uma perspectiva de educação inclusiva. 2009. Disponível em:

<https://encurtador.com.br/lnHM4>. Acesso em: 25 out. 2023

MACHADO, Bruna Arthuri. Família e Escola na Educação Infantil. 2021. Tese (Graduação Pedagógica) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em:

<https://encurtador.com.br/wBF04>. Acesso em: 28 out. 2023.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer.** São Paulo: Summus, 2015. Disponível em: <https://encurtador.com.br/qyJLQ>. Acesso em 29

out. 2023

MATO GROSSO DO SUL (Estado). Deliberação CEE/MS n. 11.883, de 5 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a educação escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://encurtador.com.br/axCP2> . Acesso em: 08 ago. 2023

MATO GROSSO DO SUL (Estado)/Secretaria de Estado de Educação. **Educação Especial em Mato Grosso do Sul: caminhos e práticas.** [orgs.: Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp; Stéfani Quevedo de Meneses; Paola Gianotto Braga] Campo Grande-MS: SED, 2019, p.230 . Disponível em: <https://encurtador.com.br/jOZ19>. Acesso em: 08 ago. 2023

MENDONÇA, Ana Abadia dos Santos. Educação Especial e Educação Inclusiva: Dicotomia de Ensino dentro de um mesmo processo educativo. III Congresso Internacional de Educação, VIII Encontro de Pesquisa em Educação, Universidade de Uberaba, 2015. Disponível em:

<https://abre.ai/hdsy>. Acesso em: 24 set. 2023

MINETTO, Maria de Fátima Joaquim; PRESTES, Irene Carmen Piconi; FACION, José Raimundo; SILVA, Márcia Maria Stiva. **Diversidade na aprendizagem de pessoas com de necessidades especiais.** Curitiba : IESDE BRASIL S/A., 2015, 288 p. Disponível em:

<https://abre.ai/hdsO> Acesso em: 26 set. 2023

NASCIMENTO, Milena Viana Medeiros Barbosa; LUSTOSA, Ana Valéria Marques Fortes. Política da Educação Especial em escola particular de ensino. **LEAS: Revista Linguagens, Educação e Sociedade**, v.26, n .52, 2022. Disponível em:

<https://encurtador.com.br/fqLW3>. Acesso em: 27 set. 2023

ROCHA, Artur Batista de Oliveira .O papel do professor na Educação

Inclusiva. 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/kmrXQ>. Acesso em 07 nov. 2023

SALMITO, Vivian Almada Dutra; FREITAS, Rafaela de Oliveira Falcão; FALCÃO, Giovana Maria Belém. O lugar da educação inclusiva na formação continuada: ações no

contexto brasileiro. 2022. **Práticas Educativas, Memórias e Oralidades**. Disponível em: <https://encurtador.com.br/cekIU>. Acesso em 14 out.2023

SETESCC-Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania.**Mato Grosso do Sul avança nos caminhos da educação inclusiva**. SETESCC/Notícias, publ. 14 abr. 2023. Disponível em: <https://abre.ai/hdpE>. Acesso em 17 out .2023

SOUTO, Maely Sacramento, GOMES, Ewerlin Bruna Neves, FOLHA, Débora Ribeiro da Silva. Campos. Educação Especial E Terapia Ocupacional:Análise de Interfases a partir da produção de conhecimento. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.24, n.4, p.583-600, Out.-Dez., 2018. Disponível em: <https://abre.ai/hdpU>.Acesso em: 18 out. 2023

SOUZA, Anderson. Reformulação do projeto político pedagógico (ppp) na escola municipal Felícia Emiko Kawamura Sakitani município de Dois irmãos do Buriti-ms, sob os princípios da gestão democrática. 2023.

TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes.; SANTOS, Larissa M.edeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. A educação inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, p. 527-542, 2016.Disponível em: <https://abre.ai/hdqi>. Acesso em:22 out.2023

UNESCO. Declaração Mundial de Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem Jomtien, 1990. 1998. Disponível em: <https://abre.ai/hdqx> . Acesso em: 08 ago. 2023.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de, VITTA, Alberto de, MONTEIRO, Alexandra. Percepção de professores de Educação Infantil sobre a inclusão da criança com deficiência.2010. Disponível em <https://abre.ai/hdC3>.Acesso em:07 ago.2023